

A Jornada do UNSGAB

GESTÃO
ÁGUA POTÁVEL
DESASTRES
SANEAMENTO
ÁGUAS RESIDUAIS
FINANCIAMENTOS
MONITORAMENTO



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

“



O saneamento adequado, os ecossistemas aquáticos saudáveis e a boa gestão de água são essenciais para o bem-estar humano e para o desenvolvimento sustentável. No entanto, os problemas relacionados à água estão colocando cada vez mais em risco países, ecossistemas, economias e cidadãos, especialmente mulheres e crianças. Agradeço ao meu Conselho de Assessoramento para Assuntos de Água e Saneamento por estimular ações a respeito desses desafios globais relevantes. Acolho este relatório com apreço pela atenciosa assessoria. A Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece a importância da água e do saneamento por meio de um objetivo específico e de um conjunto de metas amplas e ambiciosas. Ao embarcarmos na implementação desta Agenda transformadora, convido a comunidade internacional, trabalhando com os governos, com o setor privado e com a sociedade civil, a se mobilizar para a criação de um futuro com segurança hídrica para todos.

Sua Excelência, Ban Ki-moon

”

MENSAGEM DO PRESIDENTE HONORÁRIO

“



Como Presidente Honorário do UNSGAB, estou contente e tenho grande orgulho dos nossos 11 anos de trabalho: temos mantido uma presença atenta no palco global, lidando com grandes problemas da água que causam dor intolerável e angústia a tantas pessoas. Espero, sinceramente, que o mundo adquira sabedoria por meio do trabalho do UNSGAB e que intensifique seus esforços para que haja maior conscientização sobre os benefícios à vida, aos meios desustento à vida e aos ecossistemas diversificados advindos da segurança hídrica. A Experiência do UNSGAB atesta que o progresso e a mudança são possíveis. Que você se inspire e dê continuidade ao trabalho.

Sua Alteza Imperial o Príncipe Herdeiro do Japão

”

Presidentes

Sua Excelência Ryutaro Hashimoto



Sua Excelência, Ryutaro Hashimoto, ex-Primeiro Ministro do Japão, foi o primeiro Presidente do UNSGAB, de 2004 a 2006. Sua contribuição indispensável para o Conselho foi a de reconhecer que tal entidade poderia ser uma poderosa força para os recursos hídricos. Ele possibilitou que o governo japonês sediasse duas das primeiras sessões do Conselho e percebeu que Sua Alteza Imperial, o Príncipe Herdeiro do Japão, tinha um interesse de longa data pelas questões da água. Então, estabeleceu as bases para a aceitação da posição de Presidente Honorário pelo Príncipe Herdeiro. Profundamente consciente do impacto dos desastres relacionados à água, Sua Excelência Hashimoto estabeleceu as bases para o trabalho do UNSGAB nessa área com o ex-Primeiro Ministro da República da Coreia, Sua Excelência o Dr. Han Seung-soo, que atuou como Presidente do Painel de Especialistas de Alto Nível do UNSGAB sobre Água e Desastres. Ryutaro Hashimoto foi o Primeiro Ministro do Japão de 1996 a 1998. Faleceu em 2006, com 68 anos de idade.

Sua Majestade o Rei Willem-Alexander



Sua Majestade, Willem-Alexander, foi Presidente do UNSGAB de 2006 a 2013, quando ascendeu ao trono como rei da Holanda. Sua paixão pela água convenceu os demais membros sobre a importância da realização das metas dos ODMs a respeito da água potável e do saneamento. Ele e o Secretário-Geral das Nações Unidas realizaram uma manifestação para o mundo inteiro ao lavarem as mãos em público. Ele viajou pelo mundo para se reunir com membros de pequenas comunidades, organizações engajadas em recursos hídricos, engenheiros, prefeitos, banqueiros e, acima de tudo, ministros e outros líderes de governo, difundindo mensagens poderosas a respeito da água. A Declaração de eThekweni foi um dos pontos altos da sua atuação diplomática pessoal em prol do saneamento. Ao ser endossada por Chefes de Estado Africanos em 2008, os governos africanos aceitaram pela primeira vez os compromissos relativos ao saneamento. Onde quer que ele fosse, era acompanhado pela mídia e pela atenção pública, abrindo múltiplas portas pelo caminho para o UNSGAB e para as questões dos recursos hídricos.

Sua Alteza Real o Príncipe El Hassan bin Talal



Sua Alteza Real da Jordânia, o Príncipe El Hassan bin Talal, foi convidado ao Conselho em 2013 devido ao compromisso de toda sua vida com a dignidade humana, a cooperação regional e a gestão de água no Oriente Médio e no mundo árabe. Como Presidente, o Príncipe Hassan defendeu a *advocacy* franca e simples do saneamento e seu impacto para meninas e mulheres. Sua Alteza Real deixou a posição de Presidente em 2014 para se dedicar a assuntos do Oriente Médio, dada à crise severa na região

Dra. Uschi Eid



A última Presidente do UNSGAB, Dra. Uschi Eid, serviu no Conselho desde a sua criação. Antes de se tornar Presidente, em junho de 2014, ela garantiu a gestão tranquila dos assuntos internos e externos, como Vice-Presidente do UNSGAB, junto ao Secretariado do Conselho. Sendo uma antiga Secretária de Estado Parlamentar com longa experiência em desenvolvimento internacional e em assuntos africanos, seu poder de recrutamento ajudou a influenciar parcerias e cooperações. Sua articulação eficaz com vários governos resultou no apoio financeiro, no acolhimento das reuniões do UNSGAB e num forte apoio, especialmente da Alemanha, para um número significativo de questões substanciais. A Dra. Eid tem sido uma defensora dedicada e franca do saneamento, da extinção de tabus a respeito do assunto e da promoção do saneamento em escolas. Ela defendeu o Ano Internacional do Saneamento (2008) e o Em direção ao Saneamento até 2015.



Membros

Mahmoud Abu-Zeid

Ex-Ministro de Recursos Hídricos e Irrigação do Egito (1997-2009). Presidente do Conselho Árabe de Água (desde 2004). Presidente Honorário (desde 2003) e cofundador do Conselho Mundial de Água.

David Boys

Vice-Secretário-Geral da Federação Global de Sindicatos de Serviços Públicos Internacionais (PSI), responsável por serviços de utilidades, saúde e sociais, governo local e regional e administração pública. Coordena o apoio do PSI a sindicatos para o crescimento, a organização e a mobilização. Supervisiona o trabalho do PSI sobre orientações de investimento de fundos de pensão e corporações multinacionais.

Juanita Castañón

Ex-Diretora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Escritório de Nova Iorque. Ex-Conselheira Especial para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável da União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN). Serviu como Diretora Regional do IUCN, como Vice-Ministra de Relações Exteriores da Colômbia e como representante da Colômbia nas Nações Unidas durante o processo da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED). Margaret Catley-Carlson
Como diplomata Canadense, Vice-Diretora Geral do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Presidente da Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá (CIDA) e do Conselho Populacional, e do ponto de vista de duas décadas de conselhos sobre pesquisas hídricas e políticas, ela trabalhou com questões globais e com a gestão do desenvolvimento econômico e social.

Chen Lei

Ministro de Recursos Hídricos da China, Vice-Comandante em Chefe, Quartel General do Controle de Inundações e Alívio da Seca do Estado, Membro do Comitê de Construção de Projetos de Desvios d'Água do Sul ao Norte do Conselho do Estado, Membro do Comitê do Projeto de Construção de Três Gargantas do Conselho do Estado. Anteriormente, Vice-Presidente Executivo do Governo Popular da Região Autônoma da China de Xinjiang Uygur (2005-2007) e Vice-Ministro de Recursos Hídricos.

Giorgio Giacomelli

de Infraestrutura Hídrica (O Painel Camdessus). Presidente da Força Tarefa para o Financiamento da Água para Todos. Ex-Presidente do Banco Mexicano de Exportações e Importações.

Ángel Gurría

Secretário-Geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Antigo Ex-Ministro Mexicano das Relações Internacionais (1994-98) e das Finanças (1998-2000). Antigo Membro do Painel Mundial sobre o Financiamento da Água e Meio Ambiente (2006-2012). Ex-Ministra de Estado da Água (2002-2006). Ex-Presidente do Conselho de Ministros Africanos sobre Água (AMCOW), 2004-2006.

Han Seung-soo

Ex-Primeiro Ministro da República da Coreia. Presidente Fundador, Painel de Especialistas de Alto Nível sobre Água e Desastres / UNSGAB. Presidente Honorário, Fórum da Água da Coreia. Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Presidente da 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (2001-2002).

Kenzo Hiroki

Vice-Presidente, Universidade de Terras, Infraestrutura, Transporte e Turismo do Ministério de Terras, Infraestrutura, Transporte e Turismo (MLIT) do Japão. Ex-Conselheiro do Secretariado do Gabinete do Japão. Ex-Diretor da Divisão de Planejamento de Recursos Hídricos, MLIT. Membro e Vice-Presidente do Comitê Diretor da Parceria Global pela Água (GWP). Vice-Secretário-Geral do 3º Fórum Mundial da Água (2000-2003).

Omar Kabbaj
Conselheiro da Sua Majestade o Rei de Marrocos. Presidente Honorário do Banco de Desenvolvimento Africano. Ex-Presidente, Banco de Desenvolvimento Africano (1995-2005). Membro do Conselho de Administração da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Olivia la O' Castillo

Presidente e Membro Fundador da Soluções de Desenvolvimento Sustentável para a Ásia e do Pacífico (SDSAP). Membro do Quadro de Curadores do Sistema Metropolitano de Água e Esgoto (MWSS). Ex-Membro, Conselho de Diretores, Centro Internacional de Tecnologia Ambiental (IETC) - PNUMA em Shiga, Japão. Ex-Presidente da Mesa Redonda da Ásia Pacífico para o Consumo e a Produção Sustentáveis.

Antônio Miranda

Engenheiro de água e saneamento. Trouxe sua experiência como ex-Diretor e Chefe dos operadores públicos brasileiros e como antigo Chefe da Associação Brasileira dos Serviços Municipais de Saneamento. Participante de iniciativas internacionais, principalmente como especialista em gestão do setor público; foi Membro do primeiro Comitê Diretor da Aliança Global de Parceria de Operadores de Águas (GWOPA).

Maria Mutagamba

Ministra do Turismo, Fauna Silvestre e Antiquidades da Uganda. Membro Feminino do Parlamento, Distrito Rakai. Ex-Ministra

Pul Nielsen

Ex-Comissário da União Europeia para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária (1999-2004). Ministro Dinamarquês da Cooperação para o Desenvolvimento (1994-1999) e da Energia (1979-1999). Membro do Parlamento Dinamarquês (1971-1999).

Eric Odada

O Professor Odada é um membro da Academia Nacional de Ciências do Quênia (KNAS) e da Academia Mundial de Arte e Ciências (WAAS). Ele trabalhou em vários comitês científicos internacionais do Conselho Internacional de Ciência (ICSU) e do Fundo Global para o Ambiente (GEF) do Banco Mundial.

Gérard Payen

Como profissional de serviços hídricos, ele liderou um grupo de empresas fornecendo água potável para mais de 100 milhões de pessoas por dia e depois liderou o AquaFed, Federação Internacional de Operadores Privados de Água. Atualmente trabalha com a comunidade internacional para melhorar a gestão e o financiamento da água por meio de políticas públicas melhoradas.

Judith Rees

Vice-Presidente do Instituto de Pesquisa Grantham sobre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente na Escola de Economia de Londres (LSE) e Professora de Gestão Ambiental e de Recursos. Ex-Presidente imediata da Sociedade Geográfica Real. Anteriormente, Diretora Adjunta (1998-2004) e Diretora Interina (2011-2012) do LSE.

Richard (Roy) Torkelson

Diretor Gestor na Corporação de Garantia do Ascending Markets Financial (AMF). Ex-banqueiro de investimentos sênior no JP Morgan / Merrill Lynch e executivo sênior dos governos do EUA e do Estado de Nova Iorque, com experiência em implementação de inovações financeiras relacionadas à água, tais como fundos rotativos e estruturas de financiamento autônomas e conjuntas nos EUA e em países em desenvolvimento.

Yordan Uzunov

Ex-Vice-Ministro Búlgaro do Meio Ambiente (1993-1997). Chefiou o Departamento de Bioindicadores e Avaliações Ambientais no Laboratório Central de Ecologia Geral, Academia Búlgara de Ciências, 1997-2010. Presidente do Departamento de Ecossistemas Aquáticos no Instituto de Pesquisa sobre Biodiversidade e Ecossistemas (IBER-BAS), 2010-2015.

Koos Wieriks

Conselheiro Estratégico do Ministério Holandês de Infraestrutura e Meio Ambiente, com ampla experiência em políticas da água nacionais, transfereiras e internacionais. Ex-Secretário-Geral da Comissão Internacional de Proteção do Reno (ICPR), Conselheiro Institucional da Água do Ministério de Obras Públicas da Indonésia, Secretário-Geral do Conselho Holandês da Água, Assessor Pessoal de Sua Alteza Real o Príncipe de Orange, e Conselheiro da embaixada da Holanda em Berlim.

ANTIGOS MEMBROS

Michel Camdessus – Ex-Diretor de Gestão, Fundo Monetário Internacional (IMF) e Governador do Banco da França
Jocelyn Dow – Red Thread, Organização de Mulheres para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (WEDO), Guiana
Ronnie Kasrils – Ex-Ministro das Águas, África do Sul
Hideaki Oda – Ex-Diretor Geral, MLIT, Japão, e Secretário-Geral do 3º Fórum Mundial da Água

Wang Shucheng – Ex-Ministro de Recursos Hídricos, China

Christine Todd Whitman – Ex-Governadora, Nova Jérsei

Peter Woike – Corporação Financeira Internacional (IFC - International Finance Corporation)

CONSELHEIROS

Anthony Cox – Diretor Adjunto do OCDE
Bert Diphoom – Ex-Diretor de Divisão, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat)
Jin Hai – Vice-Presidente do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento, Ministério de Recursos Hídricos, China

SECRETARIADO / LISTA DE SERVIDORES

Francois Guerquin – Chefe do Secretariado (2008-2015)
Kenzo Hiroki – Chefe do Secretariado (2005-2008)
Osamu Mizuno – Vice-Chefe do Secretariado (2012-2015)
Leanne Burney, Seiji Ito, Koen Overkamp – Especialistas
Nicolas Franke, Florence Poppe – Especialistas Associados
Nicole Kranz, Nina Odenwälder, Philipp Peters – Conselheiros da Dr. Eid

RELATÓRIO FINAL

Escritor Chefe:
Marisha Wojciechowska-Shibuya
Design Gráfico:
Angel Gyaurov





Apresentação

É com satisfação que o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Coordenador Residente do Sistema ONU no Brasil, Niky Fabiancic, e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, apresentam a versão em português do relatório do Conselho de Assessoramento ao Secretário-Geral da ONU para Assuntos de Água e Saneamento, por ocasião das comemorações do Dia Mundial da Água de 2016.

Os temas dessa publicação incluem o resultado de mais de uma década de trabalho do referido Conselho e orientações valiosas para a implementação da Agenda 2030, em especial no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável direta ou indiretamente relacionados à água e ao saneamento.

O Sistema ONU/Brasil e a ANA consideram publicações como essa essenciais para gerar maior consciência de todos sobre a importância da implementação da Agenda 2030, aprovada por unanimidade pelos chefes de Estado e de Governo reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York, em setembro de 2015. O relatório também representa um importante instrumento de planejamento para a gestão de recursos hídricos e saneamento no Brasil nos próximos anos.

Brasília, março de 2016.

Niky Fabiancic

Coordenador Residente do Sistema ONU no Brasil
Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Vicente Andreu

Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas

Como o UNSGAB funcionava

No começo de 2004, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, solicitou que o ex-Primeiro Ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto, formulasse e executasse a seguinte ideia: reunir pessoas com *expertise* para o aconselhar a respeito de como resolver os principais problemas hídricos e de saneamento do planeta, sugerir várias recomendações alcançáveis e um plano de ação conciso e, depois, fornecer à liderança de alto nível necessária para engajar a comunidade internacional na ação rumo às metas sobre água e saneamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). O Primeiro Ministro e seus sucessores acolheram tais desafios.

Nós ficamos conhecidos como UNSGAB (Conselho de Assessoramento ao Secretário-Geral da ONU para Assuntos de Água e Saneamento), um grupo internacional de cerca de 20 indivíduos que se encontraram num total de 25 vezes no decorrer da década seguinte. Os membros do Conselho de Assessoramento foram escolhidos pelo escritório do Secretário-Geral. Eram várias pessoas com uma vasta gama de experiências adquiridas ao longo de duas a três décadas. Elas estavam prontas para trabalhar a título pessoal e não como representantes dos Estados Membros das Nações Unidas ou grupos de interesse, e para utilizar suas redes e influência a fim de colaborar para a continuidade da agenda da água onde esta mais precisava de estímulo.

Com certeza, havia desvantagens: sem um mecanismo incorporado para a renovação, nunca conseguíramos ser suficientemente representativos e o processo de alistar novos membros com diferentes habilidades era dolorosamente lento. O mais importante era que o Conselho, em seus 11 anos de existência, operou sem um envelope orçamentário das Nações Unidas, tendo que apelar repetidamente para doadores generosos. E, por último, colocar a água e o UNSGAB na lista de prioridades de um Secretário-Geral ocupado demonstrou-se um desafio constante.

Numa tentativa de garantir máxima eficiência, efetividade e impacto, logo no início decidimos que não iríamos criar relatórios a respeito da situação existente da água, nem iríamos implementar projetos; outros grupos já estavam fazendo isso. Ao invés disso, utilizaríamos os próprios Membros do Conselho como os principais agentes de mudança e trabalharíamos identificando as mudanças necessárias da parte de stakeholders no setor da água. Todos os Membros do Conselho trabalharam sem salário; os empregadores nos permitiram contribuirmos com nosso tempo.

Embora existissem muitas discordâncias, nós trabalhamos para encontrar pontos em comum. Nossa influência e estímulo foram direcionados principalmente para o entendimento de mandatos existentes, estudando a infinidade de resoluções e decisões que já haviam sido aceitas e tentando impulsionar novas ideias de soluções que iriam permitir avanços no alcance das metas do ODM para água e saneamento. Assim, o Conselho decidiu exercer uma persuasão de alto nível para encorajar uma melhor e mais rápida ação da comunidade da água para enfrentar o flagelo de milhões de pessoas vivendo em condições precárias relacionadas a recursos hídricos e a degradação de ecossistemas.

Onze anos se passaram e o UNSGAB alcançou o fim de sua jornada. Assim, é hora de fazer um balanço do que foi realizado, ponderar sobre como isso foi obtido, aprender com os sucessos e as falhas e, principalmente, dar voz aos negócios inacabados. Certamente, muito foi realizado, mas o balde de desafios sobre a questão da água ainda a serem resolvidos continua cheio e a preocupação absoluta do Conselho é de que muito mais deve ser feito.

Logo, em nosso primeiro e de fato único relatório não desejamos nos elogiar, mas transmitir as lições de nossa experiência para que possam ajudar outros a seguirem o exemplo. E, assim, em conjunto, uma última vez, inspirar para a ação.

Nossa maneira de trabalhar foi a de nos reunirmos e conversarmos a respeito da água no mundo. O apoio de nossos anfitriões e de instituições financeiras internacionais (ADB, IDB, AfDB e IsDB) foi fundamental e indispensável. O apoio das instituições afiliadas dos Membros do Conselho também foi essencial, nos permitindo dedicar tempo e esforço a esses encontros e aos trabalhos preparatório e de acompanhamento.

REUNIÕES DO CONSELHO DO UNSGAB

Local	Data
Sede das Nações Unidas, Nova Iorque	Julho de 2004
Tóquio, Japão	Dezembro de 2004
Roma, Itália	Novembro de 2005
Berlin, Alemanha	Fevereiro de 2006
Cidade do México, México	Março de 2006
Paris, França	Julho de 2006
Túnis, Tunísia	Dezembro de 2006
Shanghai, China	Maio de 2007
Bogotá, Colômbia	Novembro de 2007
Tóquio, Japão	Maio de 2008
Riad, Arábia Saudita	Novembro de 2008
Sofia, Bulgária	Maio de 2009
Amsterdã, Holanda	Dezembro de 2009
Cingapura	Junho de 2010
Seoul, República da Coreia	Novembro de 2010
Sede das Nações Unidas, Nova Iorque	Junho de 2011
Bonn, Alemanha	Novembro de 2011
Cidade do Panamá, Panamá	Junho de 2012
Nairóbi, Quênia	Novembro de 2012
Milão, Itália	Maio de 2013
Budapeste, Hungria	Outubro de 2013
Cingapura	Junho de 2014
Tóquio, Japão	Outubro de 2014
Gyeongju, República da Coreia	Abril de 2015
Sede das Nações Unidas, Nova Iorque	Novembro de 2015

Alguns de nossos anfitriões e patrocinadores adicionais possibilitaram estabelecer e executar o nosso Secretariado, realizar reuniões individuais e cobrir gastos. Nossa gratidão vai para a China, a Dinamarca, a França, a Itália, a Suíça e, também, para a Fundação Bill e Melinda Gates. Uma menção muito especial deve ser feita para os governos do Japão, Holanda e Alemanha, pelo seu apoio recorrente e multifacetado, o último também tornando este relatório final possível.

Peço que sempre me forneçam o conselho mais **transparente, honesto e independente.**

Kofi Annan, 22 de julho de 2004

Destacando 7 pontos de mudança para a transformação do mundo da água

À medida em que o trabalho avançava, o Conselho identificou uma série de mudanças transformadoras que exigiram a mais urgente atenção, cuja busca em conjunto poderia levar a um impacto mais significativo. A profunda convicção de que a aplicação de pressão nesses fluxos transformadores iria melhorar o bem-estar das pessoas guiou nosso trabalho e nossas ações durante nosso mandato.

1. Aumentar o interesse pela água e pelo saneamento: Criar a vontade de agir agora	6
2. Água potável: Mais. Gerida. Monitorada. Segura	7
3. Disponibilizar o saneamento a todos	8
4. Impulsionar fluxos financeiros maiores e melhores	9
5. Catalisar a melhor gestão dos recursos hídricos. GIRH e Nexus: dentro e entre países, intersetorial	10
6. Exigir a atenção das Nações Unidas para a prevenção de poluição, tratamento e reutilização segura de águas residuais	11
7. Promover a proteção e prevenir mortes e danos advindos de desastres relacionados à água	12
Palavras sábias para futuros grupos de aconselhamento	13
Negócios inacabados e tarefas para o futuro	14



GESTÃO
ÁGUA POTÁVEL
DESASTRES
SANEAMENTO
ÁGUAS RESIDUAIS
FINANCIAMENTO
MONITORAMENTO

Claramente, quando obtivemos sucesso é porque outros concordaram em agir – e, embora tenhamos algum mérito por essas realizações, nós reconhecemos primeira e principalmente as contribuições daqueles que decidiram que a mudança era imperativa – e agiram.

1. Aumentar o interesse pela água e pelo saneamento: Criar a vontade de agir agora

Onde demos enfoque

Apesar de uma crescente crise de água, com um número cada vez maior de pessoas vivendo em estresse hídrico, catástrofes de inundações e secas cada vez piores, ecossistemas em degradação e tensões políticas exacerbadas em áreas com escassez hídrica, a água continua a ser subvalorizada e mal gerida. Os sintomas da falta de interesse podem ser vistos em todos os lugares. A maioria dos países não monitora de forma adequada a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos e das águas residuais e o monitoramento do saneamento e da água potável também continua sendo um desafio. Vários países reagem diante de emergências provocadas por desastres relacionados à água, mas não incluem os riscos hídricos nos planos de desenvolvimento. A água é angustiantemente subfinanciada em comparação a outros tipos de infraestrutura. Lançamos resíduos e toxinas em nossas águas. Não damos atenção suficiente às regras básicas do compartilhamento hídrico – por setores e por fronteiras regionais ou nacionais. A falta de acesso adequado à água potável e ao saneamento afeta bilhões de pessoas, especialmente os mais pobres. Os problemas com a água são importantes, mas a sua gestão é difícil e frequentemente fragmentada ou ignorada. Existem respostas, inovações, novas ideias e histórias de sucesso também – para divulgá-las o Conselho precisou convencer os mais experientes tomadores de decisão sobre a importância do tema da água.

O que fizemos

Demos enfoque aos mais altos níveis de governança em países e organizações. Nossos Presidentes assumiram papéis essenciais. Nossos Membros e suas estruturas de suporte utilizaram seus contatos. Nossa meta foi a de trazer mudanças no vasto espectro de problemas hídricos, com especial atenção às metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para água potável e saneamento, garantindo posteriormente um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dedicado à água e ao saneamento.

Nós conceituamos e encorajamos mensagens de apoio feitas sob medida a respeito da gestão das águas e do saneamento aos mais altos níveis de autoridades nacionais e internacionais. Trabalhamos para criar novas entidades regionais para a água, coordenar reuniões com autoridades financeiras, dar palestras relevantes, realizar mudanças nas entidades internacionais e convencer líderes nacionais.

Nós intervimos de forma a inserir a água na agenda das conferências e exposições internacionais. Promovemos a inclusão do saneamento nas agendas das cúpulas e em suas declarações. Solicitamos a ação abrangente de governos nacionais. Tentamos influenciar os Estados Membros

FATOS

○ setor de negócios classifica a crise hídrica como o risco global nº 1, com base em impactos na sociedade. Fórum Econômico Mundial, 2015

○ Projeção de crescimento da demanda global por água entre 2000 e .2050: 55%. OECD, 2012

○ número de pessoas atualmente vivendo em bacias hidrográficas onde a utilização da água excede o abastecimento é acima de 1,7 bilhão. Gleeson et al., 2012

das Nações Unidas para que apoiem iniciativas hídricas no sistema das Nações Unidas e também agimos pública e reservadamente para o fortalecimento da capacidade da UN-Water.

Nós participamos e, em algumas ocasiões, co-organizamos conferências e reuniões em todo o mundo, desde conclaves nacionais e deliberações regionais até fóruns globais.

Destacamos o papel central da água e do saneamento na realização de todos os ODMs (para melhorar a saúde e a educação e erradicar a fome), e suas relações estreitas com a energia e o alimento em todos os nossos esforços de *advocacy***.

Quando ficou claro que os ODS iriam suceder os ODMs originais, o Conselho defendeu vigorosamente e se envolveu ativamente em esforços internacionais para garantir um objetivo abrangente dedicado à água e ao saneamento com metas ambiciosas e indicadores adequados.

*As referências completas para todos os fatos citados nesta publicação, assim como crédito de fotos, estão disponíveis em: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/water/unsgab/finalreport/references>

**Nota do tradutor: o termo "advocacy" refere-se a um conjunto de ações que visam influenciar a formulação, a aprovação e a execução de políticas públicas junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à sociedade, por meio do trabalho em redes e a mobilização da mídia.

2. Água Potável: Mais. Gerida. Monitorada. Segura.

Onde demos enfoque

Nós destacamos pré-requisitos centrais e essenciais para melhores sistemas de água potável:

- A necessidade de melhorar a capacidade de gestão de serviços e sistemas de fornecimento de água para a oferta de mais água de boa qualidade a mais pessoas.
- A exposição da realidade de que países precisam de apoio para construir sistemas nacionais de informação, monitoramento e divulgação e que, globalmente, nada menos do que uma reforma do sistema existente de monitoramento e relatório de água potável seria suficiente.
- A necessidade urgente de um aumento na oferta de água potável aos não atendidos e aos subatendidos, direcionando atenção ao fornecimento de água não contaminada e dissipando a confusão generalizada entre água potável melhorada e segura.

O Conselho utilizou seus contatos, suas influências dentro do sistema internacional e seu conhecimento de organizações internacionais para motivar vários agentes a realizarem verdadeiras mudanças, e tivemos o privilégio de sermos parceiros bem recebidos. Por exemplo, nós nos engajamos em discussões construtivas e em várias ocasiões colaboramos com o Relator Especial das Nações Unidas a respeito do direito humano à água potável segura e ao saneamento, ao desafiar a comunidade internacional da água para que acolhessem novos conceitos e ideias.

O que fizemos

Desde o começo, nós nos concentramos no estímulo à ação das Nações Unidas frente aos desafios vivenciados por milhares de serviços hídricos e saneamento públicos ineficientes, especialmente municipais, como condição para alcançar as metas dos ODM para água potável e saneamento. Nossa recomendação foi avidamente recebida pelo Secretário-Geral Kofi Annan, que determinou que o UN-Habitat estabelecesse a Aliança Global dos Operadores da Água (GWOPA - *Global Water Operators' Partnerships Alliance*). A GWOPA tem ajudado a estabelecer dezenas de parcerias em serviços e criou plataformas regionais para estimular alianças, apoiada, também, por parceiros de desenvolvimento.

Da mesma forma, foram realizados contatos preliminares com o Programa de Monitoramento em Conjunto (JMP) da OMS e UNICEF para incentivar melhorias nas linhas de base de monitoramento, na conciliação de conjuntos de dados globais e nacionais e na desagregação de dados. Nosso artigo de abril de 2008, "Monitoramento e Documentação: o progresso do acesso à água e ao saneamento, uma avaliação do UNSGAB", desencadeou uma reação positiva do JMP. Isso foi rapidamente seguido por um apelo ao Secretário-Geral, resultando em ambições maiores e um renascimento do Grupo de Aconselhamento Estratégico do Programa de Monitoramento em Conjunto / Análise e Avaliação Global de Saneamento e Água Potável (GLAAS) da UN-Water, presidido por um Membro do UNSGAB por três anos. Esse trabalho ajudou a melhorar os produtos do JMP e do GLAAS e também serviu para estimular um maior interesse no monitoramento da água e saneamento, inclusive pela OCDE. Em 2012, as Nações Unidas anunciaram que a meta do ODM para o acesso seguro à água potável havia sido alcançada. O UNSGAB reforçou sua intensa campanha destacando a falta de conexão entre a meta e o indicador de aproximação (utilização de uma "fonte melhorada de água potável") que deveria medi-lo: há uma diferença entre uma fonte de água "melhorada" e água potável realmente segura. A UN-Water confirmou oficialmente que a maior parte da água potável não segura foi classificada como tendo sido melhorada. Em muitos documentos a correção foi realizada: segura significa segura, isto é, não contaminada. Contudo, em muitos outros documentos, inclusive em declarações oficiais das Nações Unidas, a falácia persiste e a necessidade global por água potável segura é, dessa forma, seriamente subestimada.

A concentração no monitoramento resultou na adoção pela UNSGAB de um papel ativo no desenvolvimento de intenções e metas detalhadas para os ODS. Nós também ajudamos a UN-Water a preparar dez indicadores que são necessários para apoiar as metas pós-2015 relacionadas à água. Nós incentivamos a UN-Water a aumentar sua capacidade de monitoramento pós-2015 ao encorajar o JMP a monitorar novos e melhores indicadores WASH (da sigla em inglês: água, saneamento e higiene) e ao criar os novos mecanismos de monitoramento necessários para águas residuais e recursos hídricos. Isso está sendo realizado sob a Iniciativa de Monitoramento de Global Expandido da UN-Water (GEMI).

FATOS

Pessoas que ainda não possuem acesso a fontes melhoradas de água potável: 1 em 10 (663 milhões no total).

Pessoas sem acesso à água potável melhorada: 8 em 10 vivem em zonas rurais; o número de pessoas sem tal acesso está aumentando em áreas urbanas e na África subsaariana. *WHO / UNICEF JMP, 2015*

Número de pessoas que utilizam uma fonte de água potável com contaminação fecal: pelo menos 1.8 bilhão. *Bain et al., 2014*

Pelos olhos do UNSGAB:

próximos passos e ações necessárias Segura deve significar segura. Para dar um fim à confusão, as Nações Unidas, os governos e outros agentes relevantes devem somente utilizar o termo "água potável segura" quando estiverem falando de água potável não contaminada.

Para alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível, os esforços para expandir os serviços de água potável devem ser intensificados urgentemente. Para isso, os governos devem acelerar as reformas de instituições, aumentar o financiamento, remover a corrupção e fortalecer as capacidades em seus setores de serviços de água. Organizar e reforçar do monitoramento nacional e global da qualidade da água potável. A OMS, o UNICEF e o UN-Habitat devem se esforçar para garantir que a regressão global no acesso à água potável (e ao saneamento) em áreas urbanas seja mais bem reportada.

3. Disponibilizar o saneamento a todos

Onde demos enfoque

Uma vez que o saneamento era um tabu e a higiene não era um tema abordado, nenhum deles estava sendo realmente discutido em 2004. Banheiros, excreções e necessidades fisiológicas relacionadas eram assuntos extremamente desagradáveis e até mesmo não mencionáveis. Como falar com os governos a respeito desses temas? O Conselho concentrou sua energia em retirar o saneamento das sombras. Nós utilizamos nossa influência para pressionar os Estados Membros das Nações Unidas a apresentarem resoluções pioneiras sobre o saneamento. Incentivamos o saneamento em agendas de cúpulas regionais e em suas declarações. Nosso Presidente apertou as mãos de mulheres que trabalhavam como catadoras manuais. Para destacar ao papel negligenciado da higiene, ele e o Secretário-Geral lavaram as mãos na frente das câmeras internacionais. Os líderes políticos e as personalidades públicas foram chamados a se manifestar. Nós apoiamos iniciativas independentes como a Aliança do Saneamento Sustentável e o Dia Mundial do Banheiro, como importantes disseminadores. Defendemos que o saneamento é um bom investimento econômico, que traz dignidade, equidade e segurança, e que é vital para a boa saúde e mantém o ambiente limpo.

O que fizemos

Nós tivemos a ideia de tornar 2008 o “Ano Internacional do Saneamento” para lidar com o desafio do saneamento e pedimos que um grupo de países patrocinasse essa resolução das Nações Unidas. Quando o momento chegou após o Ano Internacional, nós criamos um mecanismo de expansão, o “Em direção ao saneamento até 2015” (“Sanitation Drive to 2015”), solicitando que governos redobrassem seus esforços para satisfazer a meta do ODM. A ação foi respaldada por uma resolução adotada pela Assembleia Geral em 2010, que, pela primeira vez, incluiu uma chamada para dar um fim à defecação a céu aberto. O nosso então Vice-Presidente lançou o “Em direção ao saneamento até 2015” junto ao Primeiro Ministro de Ruanda, na abertura da Conferência AfricaSan 3, em Kigali, em 2011. Para aumentar a dinâmica, nós dirigimos a criação de um “Guia de Planejamento do Em direção ao saneamento até 2015”, bastante utilizado. Tudo isso finalmente criou uma base para a “Chamada para a Ação sobre Saneamento” do Vice-Secretário-Geral em 2013 e para a resolução das Nações Unidas “Saneamento para Todos” no mesmo ano, que

designou oficialmente o dia 19 de novembro como o Dia Mundial do Banheiro.

Durante uma intensa reunião em Túnis, em 2006, com ministros africanos e oficiais superiores do Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB), foi exposta a necessidade de líderes africanos se manifestarem, juntos, a respeito do saneamento. Nossa estreita cooperação com a União Africana e com o Conselho de Ministros Africanos sobre Água (AMCOW) levou à Declaração de AU Sharm el-Sheikh sobre água e saneamento, que estabeleceu precedentes e foi adotada em 2008.

Nós apoiamos fortemente a crescente demanda por conferências regionais sobre saneamento e trabalhamos com entidades internacionais relevantes e defensores de WASH (água, saneamento e higiene) para criar e estimular a adoção de “novos” compromissos nacionais específicos. Em 2007, o UNSGAB deu início à primeira Cúpula Ásia-Pacífico sobre Água, em Beppu, Japão, junto ao presidente do Fórum Ásia-Pacífico da Água. A fim de fornecer apoio ministerial ao processo LatinoSan, uma reunião do UNSGAB foi

realizada em 2007 em Bogotá, junto a uma reunião do Banco de Desenvolvimento Interamericano e o LatinoSan I; e em 2012 na Cidade do Panamá, durante o período de preparação para o LatinoSan III. O Conselho teve um importante papel como parceiro do AMCOW em consecutivas Conferências AfricaSan, especialmente o AfricaSan +5, que foi realizado em 2008 em Durban, África do Sul e criou os inovadores Compromissos eThekweni.

Frente às evidências científicas cada vez mais significativas, nossa sugestão de dedicar o Dia Mundial do Banheiro 2015 à questão do saneamento adequado e à má nutrição foi prontamente atendida. O UNSGAB realizou seu objetivo principal de melhorar a visibilidade do saneamento. A defecação a céu aberto é hoje um tema abordado em debates públicos, presidentes anunciam compromissos de acesso universal a banheiros e um Muppet do Saneamento foi lançado. O rádio, a TV e a blogosfera falam a respeito de banheiros e do acesso ao saneamento.

FATOS

O mundo não concretizou a meta dos ODM para o saneamento básico para quase 700 milhões de pessoas.

Pessoas que ainda não possuem instalações sanitárias melhoradas: 1 em 3 (2,4 bilhões no total).

Pessoas que praticam a defecação a céu aberto: 1 em 8 (946 milhões no total).

OMS / UNICEF JMP, 2015

Pela lente do UNSGAB: próximos passos e ações necessárias

Apesar do progresso, a meta do ODM para saneamento não foi alcançada. Solicitamos ao mundo que:

- Amplie o foco para além do lar – banheiros são necessários em colégios, clínicas, locais de trabalho, mercados e outros locais públicos.
- Priorize o saneamento como medicina preventiva e quebre o ciclo vicioso de doenças e má nutrição, que afeta especialmente mulheres e crianças.
- Leve a sério a expansão de tecnologias inovadoras pelas cadeias de saneamento e provoque outra revolução de saneamento, dando fomento médico e econômico até 2030.
- Torne o saneamento um caso de negócios ao reconhecer o potencial de recursos de resíduos humanos. Remova o tabu sobre o tema da gestão da higiene menstrual, que merece ser abordada como uma prioridade pelas Nações Unidas e pelos governos.

4. Impulsionar fluxos financeiros maiores e melhores

Onde demos enfoque

A forte afiliação de vários Membros do Conselho ao setor financeiro foi conduzida com a utilização de suas sociedades, posições oficiais e redes de contato para criar: melhor capacidade e consciência de questões financeiras, melhor monitoramento de dados a respeito de fluxos financeiros existentes para informar melhor a tomada de decisões políticas, nova conscientização global sobre possibilidades de financiamento para a água, melhor entendimento sobre os obstáculos para financiamento local e melhor uso de recursos fiscais. Nós trabalhamos para lidar com as dificuldades que impediram que os financiamentos cobrissem a necessidade de investimento no setor da água. A esse respeito, reconhecemos a necessidade de que municípios e serviços hídricos tenham um acesso bem melhor ao mercado de empréstimos e capital, o que significaria superar vários obstáculos.

O que fizemos

Reuniões frequentes com bancos de desenvolvimento forneceram boas oportunidades para incentivar oficiais bancários a apoiarem novas iniciativas relacionadas à água. Vários de nossos Membros tiveram um papel importante nas discussões sobre o reabastecimento e o financiamento, e vários memorandos foram concluídos com bancos de desenvolvimento regional e forneceram contexto para que alguns Membros do Conselho trabalhassem em vários problemas políticos. Nós conversamos com fundos de pensão e os encorajamos a investir em água. Após reuniões com o Presidente do Banco Mundial, missões conjuntas foram conduzidas no Peru (2009) e no Quênia (2012) para avaliar barreiras que impedem que serviços de água locais obtenham acesso fácil e barato a mercados de capital locais e possíveis soluções. Isso, entre outras coisas, resultou no estabelecimento de um grupo de trabalho interministerial sobre financiamento da água no Quênia. As evidências encontradas nesses países foram reveladoras quanto aos principais obstáculos de financiamento para serviços de água. O privilégio de ter o

Secretário-Geral da OCDE como um Membro do UNSGAB criou benefícios mútuos. O UNSGAB apoiou fortemente o movimento da OCDE de 2005 em direção a um foco maior em desafios hídricos e tem sido parte integrante de reflexões e discussões da OECD a respeito de vários instrumentos de gestão e monitoramento da água desenvolvidos na última década. Por exemplo, nós apoiamos vigorosamente o documento de 2009 do OECD intitulado “Gerindo a Água para Todos”, que destacou os modos de financiamento de água e fluxos não reembolsáveis como uma mistura dos 3Ts (da sigla em inglês: tarifas, impostos e transferências). Nós também encorajamos o rastreamento feito pelo GLAAS de economias nacionais de água, cujos primeiros estudos detalhados de países revelaram gastos com água bem superiores ao que se esperava. Por vários anos, nossas reuniões com ministros e altos oficiais em todas as partes do mundo forneceram um espaço para explicações e apelos a respeito de políticas e prioridades de financiamentos nacionais. Lamentavelmente, nossas múltiplas reuniões com oficiais da

Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) não resultaram em um esforço maior para incentivar financiamento extra fora dos recursos da ODA para a água, a fim de tornar mais eficaz a utilização dos fundos da ODA. Em resposta parcial ao pedido do UNSGAB para relatar os “impactos” e não somente os “estímulos”, várias organizações bilaterais (por exemplo, na França, Holanda e Alemanha) e algumas multilaterais (por exemplo, o AfDB) começaram a produzir relatórios a respeito do número de pessoas que conquistaram o acesso à água e ao saneamento a partir do financiamento recebido por essas organizações.

Pela lente do UNSGAB: próximos passos e ações necessárias

Em nível global, continuar a forte defesa da prioridade do setor de serviços hídricos e de saneamento, assim como à gestão de recursos hídricos nos orçamentos nacionais. Respeitar e encorajar compromissos políticos para aumentar o financiamento para o saneamento in loco e a gestão de águas residuais. Em nível nacional, garantir recursos financeiros adicionais de todos os tipos,

inclusive com a cobrança de taxas aos usuários e com o uso de orçamentos públicos, superar obstáculos para o financiamento pelo mercado de capital em moeda local e encontrar a combinação de taxas, impostos e transferências que garanta a viabilidade financeira de todos os serviços para que forneçam serviços melhores.

Utilizar melhor o ODA e outros fundos concessionais para impulsionar o influxo financeiro não-ODA e fornecer assistência técnica para a preparação de projetos.

Encorajar um melhor conhecimento de gastos nacionais em água por meio do GLAAS e outras iniciativas relevantes de monitoramento de financeiro.

Facilitar o êxito de todas as metas relacionadas à água dos ODS por meio da estimativa cuidadosa de seus custos e benefícios econômicos.

No setor hídrico, realizar mais esforços para a aquisição e utilização os fundos disponíveis para medidas de adaptação a (e mitigação de) mudanças climáticas, por exemplo, do Fundo Verde do Clima.

Fortalecer a pesquisa aplicada sobre o financiamento hídrico, como um apoio essencial para o cumprimento da agenda da água de 2030.

FATOS

Perda estimada em países em desenvolvimento em razão da ausência de acesso a fontes de água melhoradas e ao saneamento básico: 1.5% do PIB OMS, 2012.

A prioridade dada a gastos públicos com água varia amplamente entre países: de menos de 0,5% a mais de 2% do PIB. Banco Mundial, 2009 & GLAAS, 2014

Serviços hídricos em países em desenvolvimento incapazes de cobrir seus custos de operações básicas e de gestão: acima de 1/3 (de cerca de 1700 pesquisados)

5. Catalisar uma melhor gestão dos recursos hídricos. GIRH e Nexus: dentro e entre países, intersetorial

Onde demos enfoque

Desde o início, vários Membros do Conselho já estavam trabalhando para uma maior integração da gestão de recursos hídricos em nível regional, nacional e subnacional para vários usos. Isso é chamado de gestão integrada de recursos hídricos ou GIRH. A última década testemunhou uma onda de preocupação quanto aos riscos ambientais crescentes, degradação e escassez de recursos que possuem impacto na segurança alimentar, energética e hídrica e no desenvolvimento econômico e social. A Abordagem Nexus reconhece a correlação entre os sistemas hídrico, energético e alimentar e clama por abordagens de gestão que lidem com sinergias e negócios intersetoriais. Com a convicção de que a adoção de um fundamento legal global irá beneficiar uma melhor gestão nos mais de 250 cursos d'água partilhados do mundo, nós utilizamos a afiliação dos Membros do Conselho em organizações importantes para apoiar a intenção de garantir a ratificação da Convenção das Nações Unidas de Regulamentação dos Usos Não Navegáveis dos Cursos d'Água Internacionais (Convenção das Nações Unidas sobre Cursos d'Água).

O que fizemos

Todos os Estados Membros das Nações Unidas concordaram em relatar seus planos de gestão dos recursos hídricos para a 13ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2005. Essa foi a primeira grande reunião das Nações Unidas a discutir o problema da água desde a Cúpula da Terra de 2002, em Johannesburgo. Quando o ritmo dos relatórios atrasava, o Conselho trabalhava com o gabinete do Secretário-Geral para entrar em contato com cada país membro e insistir no cumprimento dos prazos – e o ritmo dos relatórios se recuperava consideravelmente. Para angariar apoio, os Membros do Conselho tornaram públicos os resultados dos dois levantamentos do GWP (Parceria Global da Água) sobre a gestão nacional de recursos hídricos e a GIRH, em discursos e conferências. Nós conseguimos encorajar com sucesso o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) a aumentar seu financiamento para a GIRH. Destacamos que a GIRH deve incluir a alocação, a conservação e a proteção de recursos hídricos. Obtivemos sucesso quando pressionamos para que a GIRH fosse incorporada aos ODS sobre água e saneamento.

Em virtude do fato de que o então Vice-Presidente do UNSGAB também era Copresidente da Conferência Nexus sobre Segurança Hídrica, Energética e Alimentar, que ocorreu em Bonn em 2011, e de que outros Membros do Conselho trabalharam no comitê executivo da conferência, o UNSGAB ajudou a popularizar o conceito e suas mensagens: o aumento da coerência entre políticas, a aceleração do acesso, a criação de mais com menos, o fim do desperdício e minimização das perdas e a valorização da infraestrutura natural. A partir dessas ligações, o UNSGAB apoiou a criação dos Diálogos Nexus organizados por entidades regionais sobre prioridades locais.

Por exemplo, a União Africana e o UNSGAB organizaram em conjunto o “Diálogo Africano de Alto Nível sobre o Nexus Água-Alimento-Energia” em Nairóbi, no Quênia, em novembro de 2012. O evento serviu como um ponto de referência para as atividades subsequentes relacionadas ao Nexus no continente. Nosso Presidente defendeu a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre Cursos d'Água em várias reuniões bilaterais, inclusive com Chefes de Estado. A participação do Presidente e do então Vice-Presidente na Assembleia da União Interparlamentar de 2008 na Cidade do Cabo, África do Sul, permitiu a interação individualizada com parlamentares importantes. A campanha de envio de cartas pelo Vice-Presidente a parlamentares ao redor do mundo ajudou a aumentar o número de ratificações. Para fortalecer o trabalho do Fundo Mundial da Natureza / WWF na promoção da Convenção, nós co-organizamos vários de seus eventos sobre essa questão, por exemplo, no 5º Fórum Mundial da Água em Istambul, em 2009.

FATOS

Espera-se que a captação de água doce para a produção de energia aumente em 20% até 2035. Parcela da agricultura na captação mundial de água doce: em torno de 70%.
WWAP, 2014

Expectativa de aumento de pessoas vivendo em bacias hidrográficas sob severo stress hídrico: de 1,6 bilhão em 2000 a 3,9 bilhões em 2050 (acima de 40% da população mundial).
OCDE, 2012

Pela lente do UNSGAB: próximos passos e ações necessárias

Priorizar a segurança hídrica em todos os níveis e abordar o tema da água em todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais. Maior ênfase deve ser dada à realidade de que a escassez e a poluição hídrica e a deterioração de ecossistemas relacionados à água são uma ameaça ao desenvolvimento global sustentável.

Os governos devem agir para melhorar a eficiência e a sustentabilidade do uso da água ao promover e ampliar medidas de conservação hídrica em indústrias, na agricultura e em cidades, pois isso é essencial para lidar com a escassez de água.

No mínimo, aplicar a urgente necessidade de gestões integradas na agricultura, na indústria, nas cidades, nas bacias hidrográficas, na saúde pública e no risco de desastres. Ir além dos planos de GIRH de mu-

dança tangível por meio de reformas institucionais e do fortalecimento do monitoramento e divulgação dos recursos hídricos.

Implementar a Abordagem Nexus em escala para fortalecer a criação de políticas intersetoriais em nível global. Começar pelo fortalecimento da base científica por meio de uma pesquisa mais atenciosa. Compartilhar lições aprendidas por meio de intervenções Nexus bem-sucedidas nas regiões que cada vez mais estão experimentando essa abordagem. Promover a Abordagem Nexus de cima para baixo, ao ancorá-la em políticas e na garantia de comprometimento de alto nível, e de baixo para cima, por meio de projetos concretos. Manter a dinâmica para futuras ratificações em conjunto com a implementação efetiva da Convenção das Nações Unidas sobre Cursos d'Água.

6. Demandar a atenção das Nações Unidas para a prevenção de poluição, tratamento e reutilização segura de águas residuais

Onde demos enfoque

As águas residuais não tratadas são uma ameaça à saúde humana, aos recursos hídricos e ao meio ambiente em geral. Os motivos de preocupação incluem uma carga ambiental cada vez maior gerada pela poluição dos corpos d'água e a exposição de moradores de cidades, trabalhadores e fazendeiros à água residual bruta ou diluída. Quando começamos nosso trabalho, a prevenção da poluição da água e a gestão de águas residuais não estavam presentes na agenda internacional e normalmente não atraíam qualquer atenção da política nacional. Alguns fazendeiros e ONGs já vinham reutilizando águas residuais, alguns governos tinham políticas de águas residuais ambiciosas, alguns profissionais estavam promovendo ativamente a gestão de águas residuais e algumas instituições financeiras internacionais estavam financiando grandes investimentos. Mas não havia qualquer endosso das Nações Unidas quanto a essa prioridade e nenhuma diretriz de políticas para os governos. O UNSGAB tinha um foco triplo. Nossos esforços primários se concentraram na gestão de águas residuais urbanas, também destacando problemas relacionados à poluição industrial e agrícola. Em segundo lugar, nós tentamos atrair interesse em direção à possibilidade de se aumentar o fornecimento de água e diminuir a utilização de energia por meio da reciclagem de águas residuais e da reutilização segura. Por último, os Membros do Conselho com formação relevante discutiram a importante questão de estabelecer padrões de monitoramento globais e metas para a gestão eficaz de águas residuais junto a entidades relevantes e em vários fóruns.

O que fizemos

O primeiro êxito importante da advocacy surgiu no 5º Fórum Mundial da Água em Istambul de 2009, quando ministros decidiram tomar medidas para desenvolver abordagens de coleta, tratamento e reutilização de águas residuais e quando prefeitos incluíram as águas residuais em sua resolução final. Essa foi a primeira grande conferência a mencionar as águas residuais de uma forma que exigisse acompanhamento. Três anos depois, conseguimos que o saneamento e as águas residuais fossem um tema para o 6º Fórum Mundial da Água em Marseille: a questão das águas residuais foi discutida em sessões e em uma mesa redonda ministerial e inserida de maneira proeminente na Declaração do Fórum. Nós fomos um dos agentes dentro das Nações Unidas a pressionar por maior atenção às águas residuais, ao incentivar os membros da UN-Water a considerarem de forma mais harmonizada o escopo total dos problemas da água, em vez de focarem somente na água potável ou no uso da água. A UN-Water lidou gradativamente com o problema ao estabelecer uma força tarefa para a Gestão de Águas Residuais em 2009 e uma Área Temática Prioritária da UN-Water sobre a Qualidade da Água em 2010. Também foi decidido que o Dia Mundial da Água de 2010 iria enfatizar a qualidade da água

sob o título "Água Limpa para um Mundo Saudável". No mesmo ano, o PNUMA e o UN-Habitat lançaram o relatório "Água Doente?", o primeiro estudo global das Nações Unidas sobre águas residuais, poluição e ameaças relacionadas à qualidade do abastecimento de água. Esse estudo estabeleceu uma base para ações subsequentes da UN-Water e para o trabalho das Nações Unidas com Estados Membros. O acompanhamento incluiu a Iniciativa Global de Águas Residuais e a decisão de que as águas residuais serão o tema global do Dia Mundial da Água de 2017. Os problemas das águas residuais foram adicionados a documentos seminais de políticas para ações. A redução da poluição e a gestão de águas residuais se tornaram parte do documento de resultados da Rio+20 após contínua advocacy do UNSGAB e foram agora incluídas nos ODSs como meta específica que visa melhorar a qualidade da água ao reduzir a poluição e diminuir pela metade os lançamentos de águas residuais não tratadas. Nós trabalhamos com Bancos de Desenvolvimento Regionais, especialmente com o ADB, para ampliar seus grandes programas de investimento na gestão de águas residuais e reutilização em modelos descentralizados que poderiam ser utilizados por pequenas comunidades, vilarejos e ONGs.

FATOS

Número de países sem informação disponível ao público a respeito de fluxos de águas residuais geradas, tratadas ou reutilizadas: 57.

Taxa média de tratamento de águas residuais nos países: renda alta, 70%; renda média, cerca de 33%; renda baixa, 8%. *Sato et al., 2013*

A projeção de crescimento global de efluentes de nitrogênio vindos de águas residuais é de 180% e a mesma projeção de efluentes de fósforo é de mais de 150%, entre 2000 e 2050. *OCDE, 2012*

Os Membros do Conselho trataram da importância do monitoramento das águas residuais com persistência, fornecendo apoio considerável a vários grupos de trabalho sobre indicadores, padrões e metas. Após a Cúpula do Rio+20, defendemos que a UN-Water criasse um mecanismo de monitoramento global. Isso estimulou o estabelecimento do GEMI, um sistema de monitoramento abrangente de águas residuais e recursos hídricos globais.

Pela lente do UNSGAB: próximos passos e ações necessárias

Os países devem desenvolver políticas nacionais de águas residuais e planos de desenvolvimento, incluindo estimativas de custos, prazos e projetos de financiamento sustentáveis, para garantir que propostas de investimento cruciais correspondam a fontes de financiamento internas e externas. Devem, também, dar maior atenção às operações e à manutenção de serviços de águas residuais. As políticas nacionais devem incluir a prevenção de poluição e a reutilização segura de águas residuais, assim como o saneamento centralizado e descentralizado, levando em consideração todas as opções técnicas. As instituições financeiras internacionais, assim como as Nações

Unidas e organizações bilaterais com capacidade na gestão de águas residuais, devem aumentar seu apoio aos países. Os membros da UN-Water devem disponibilizar suas experiências de estratégias de sucesso com águas residuais.

Os indicadores globais para a meta 6.3 dos ODS devem ser selecionados por sua habilidade de estimular o progresso internacional imediatamente. Os Estados Membros das Nações Unidas devem apoiar fortemente o desenvolvimento do GEMI pela UN-Water. O GEMI deve produzir relatórios sobre os indicadores dos ODS e outros indicadores que aumentarão a base de conhecimento global.

Os países devem expandir o foco nas águas residuais urbanas a fim de incluir a poluição industrial, fontes agrícolas e a consequente contaminação de oceanos, além de endossar ações de recuperação de bacias hidrográficas pelo mundo.

As universidades e as instituições de pesquisa devem ampliar ainda mais a base de evidências globais sobre a poluição, o tratamento e a reciclagem de águas residuais e a reutilização segura para melhor informar aqueles responsáveis pela tomada de decisões.

7. Promover a proteção e prevenir mortes e danos advindos de desastres relacionados à água

Onde demos enfoque

Desde o início, as ações do Conselho visaram à criação de um apoio mais forte aos governos para a implementação das recomendações dos acordos internacionais de preparação e redução de riscos. As comunidades de resposta a desastres reexaminaram e melhoraram suas capacidades. Mas pouca atenção foi dada a ações que atingiriam as responsabilidades de diferentes ministérios e apoiariam esforços coletivos regionais e internacionais. Os trabalhadores, em particular, estão frequentemente sob maior risco, embora a prevenção e a resposta a desastres dependam criticamente deles. As mudanças climáticas, a urbanização e a má gestão da água aumentaram o risco de desastres em quase todos os lugares, especialmente em deltas urbanos. A nossa meta foi mobilizar o mundo. A estratégia foi conscientizar e conseguir apoio para os passos necessários visando reduzir vulnerabilidades, melhorar a preparação diante de emergências, mitigar riscos, construir resistência e melhorar a resposta a desastres, inclusive na gestão da água potável e do saneamento em meio a desastres. Eventos como o tsunami asiático criaram uma preocupação internacional cada vez maior quanto ao impacto de desastres relacionados à água, permitindo que esforços pertinentes alcançassem um público mais amplo e atraíssem maior financiamento.

O que fizemos

Um grupo de trabalho sobre desastres do UNSGAB evoluiu para se tornar o Painel de Especialistas de Alto Nível sobre Água e Desastres (HELP/UNSGAB, posteriormente o Painel de Especialistas e Líderes de Alto Nível sobre Água e Desastres) sob a presidência do Membro do UNSGAB Dr. Han Seung-soo, ex-Primeiro Ministro da República da Coreia. Esse grupo reuniu representantes de alto nível do UNSGAB, governos e organizações de água e desastres de países ricos e pobres de várias regiões do mundo. O HELP e o UNSGAB cooperaram em um esforço conjunto para defender uma mudança no interesse político a respeito da resposta a desastres e da redução de risco de desastres. Após 18 meses, o grupo publicou o “Plano de Ação sobre Água e Desastres” com mais de 40 recomendações que iriam melhorar o status do tópico. Esse documento foi apresentado no 5º Fórum Mundial da Água em Istambul na presença do nosso Presidente Honorário e do nosso Presidente. O Presidente do HELP, juntamente ao Presidente do UNSGAB, solicitaram uma Sessão Temática Especial das Nações Unidas sobre Água e Desastres, que ocorreu em março de 2013. Sob a liderança do Secretário-Geral,

do Presidente da Assembleia Geral, do nosso Presidente Honorário, do nosso Presidente e do Presidente do HELP, o evento angariou uma participação de alto nível, colocou o problema em primeiro plano, o que era extremamente necessário, e promoveu o interesse de se criar políticas para a questão. Em 2013, o Secretário-Geral nomeou o Presidente do HELP como o Enviado Especial para Redução do Risco de Desastres e Água. No mesmo ano, o UNSGAB decidiu que o HELP deveria se tornar uma entidade independente do UNSGAB. Em setembro de 2014, o Conselho foi representado no Evento Especial de Alto Nível sobre a Redução de Riscos de Desastres Relacionados à Água em paralelo à 69ª Assembleia Geral em Nova Iorque. O HELP e o UNSGAB também ofereceram contribuições para a Conferência Sendai sobre a Redução de Riscos de Desastres de 2014 e o 7º Fórum Mundial da Água na Coreia do Sul. Isto ajudou a aumentar o interesse sobre o assunto nos altos níveis de governança.

Os esforços do HELP/UNSGAB na área da redução de riscos de desastres estimularam uma consulta ampliada entre vários atores relevantes, tais como a OCDE, o Banco

FATOS

Número de pessoas afetadas por enchentes, secas e tempestades entre 1992 e 2012: 4,2 bilhões (95% de todas as pessoas afetadas por desastres).
Perdas econômicas em desastres relacionados à água entre 1992 e 2012: 1,3 trilhão de dólares *ISDR, 2012*.
Valor econômico esperado de bens em risco até 2050: 45 trilhões de dólares (crescimento acima de 340% desde 2010). *OCDE, 2012*

Mundial, o Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA, o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR) e empresas de seguros. A UN-Water publicou “Água em um Mundo em Mudança” para destacar desastres relacionados à água. A meta de redução do risco de desastres agora foi incorporada ao ODS 11 sobre as Cidades, parcialmente devido ao trabalho incansável do HELP.

Pela lente do UNSGAB: próximos passos e ações necessárias

Os desastres relacionados à água devem ser abordados como parte do planejamento de desenvolvimento, incluindo a proteção social exigida.

A redução do risco de desastres deve dar mais ênfase às medidas preventivas, ao investimento sensível ao risco e à criação de resiliência, inclusive por meio de investimentos em infraestrutura para a adaptação às mudanças climáticas.

As ligações entre os governos e as autoridades locais em todos os níveis, especialmente em nível urbano, devem ser melhoradas com

a ajuda de um portal de informação acessível e inovador, assim como a colaboração entre nações.

Para realizar as ações preventivas necessárias para proteger a vida de centenas de milhares de pessoas em ambientes vulneráveis, ações internacionais e regionais são necessárias para aumentar ainda mais a conscientização e desenvolver capacidades, especialmente para trabalhadores que frequentemente estão sob maior risco e precisam de treinamento e equipamentos.

O HELP deve cooperar mais de perto com o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres (UNISDR).

Palavras sábias para futuros grupos de aconselhamento

Fatores de sucesso:

No centro do nosso trabalho esteve o sentimento forte e compartilhado de missão a ser cumprida. Sabemos que a gestão dos recursos hídricos e os serviços de água e de saneamento precisam ser otimizados e que isso pode ser conquistado por meio da dinâmica de pressão positiva nos criadores de políticas. Os Membros do Conselho criaram um modus operandi que foi estabelecido desde o início e observado por toda a década. Algumas de suas medidas funcionaram particularmente bem e poderão ser adotadas por qualquer entidade de aconselhamento relacionada às Nações Unidas que busque grande impacto:

- Nós não elaboramos relatórios ou produzimos publicações; em vez disso, produzimos subsídios técnicos, conduzimos análises internas para a ponderação das Nações Unidas e sugerimos ideias de estratégias para resoluções das Nações Unidas.
- Nós não nos envolvemos na gestão de programas, apesar de alguns membros terem participado de conselhos de gestão.
- Quando possível, nós selecionamos temas prioritários e sugerimos ações das várias recomendações/relatórios existentes em vez de tentar criar nossas próprias recomendações originais. Nós nos concentramos em pensar a respeito do que seria necessário para a realização de ações nas áreas em questão e como incentivar tais ações.
- Nós intitulamos esse plano de ação como “Sua Ação” e o complementamos com o “Nossa Ação”. Esse formato foi utilizado durante nossos primeiros anos, no “HAP I” uma vez que inicialmente trabalhamos e continuamos a trabalhar sob os Planos de Ação Hashimoto (HAPs), cujo nome é dedicado ao nosso primeiro Presidente.
- Nós identificamos os agentes e os abordamos tanto em altos níveis como em níveis de trabalho.
- Nós não buscamos publicidade para nós mesmos nem gerimos campanhas públicas sobre questões da água – em vez disso, usamos Presidentes e Membros em posições de destaque para incentivar os outros a melhorarem os programas de informação pública sobre a água, por meio de pronunciamentos frequentes.
- Os membros contribuíram com mais do que palavras e ideias e tinham a responsabilidade principal de realizar ações e fazer contatos. Ao mesmo tempo, o Secretariado assumiu um papel indispensável de estabelecimento de contatos, esboço e elaboração de subsídios, participação em reuniões e representação do UNSGAB.
- Discussões produtivas sobre tópicos controversos foram incentivadas. O Presidente arbitrou disputas em vez de dispensá-las.
- Nós utilizamos uma linguagem simples e franca para estabelecer itens de recomendações e focamos no que era realizável. Nós evitamos a utilização do linguajar ambíguo de ‘resoluções das Nações Unidas’ e nossas reuniões foram conduzidas da mesma forma.
- Em razão de não termos qualquer orçamento das Nações Unidas, nós ativamente arrecadamos fundos e tivemos a sorte de encorajar várias nações a organizarem nossas reuniões e contribuírem generosamente. Sem esse apoio nós não poderíamos ter realizado essas discussões vitais pelo mundo, sempre presencialmente, o que promoveu o coleguismo dentro do Conselho e permitiu a aprendizagem mútua.
- A experiência de longa data dos Membros como políticos, ministros, secretários parlamentares de estados, diplomatas, gestores de alto nível e acadêmicos concedeu-lhes a credibilidade e o poder convocatório. Nós tivemos a habilidade de reunir pessoas de históricos diferentes para engajá-los no diálogo produtivo e aberto.

Lições aprendidas:

O supramencionado descreve o que acreditamos ser o fundamento de nossas ações de sucesso. Se fôssemos começar de novo, argumentaríamos fortemente por arranjos orçamentários essenciais. Poderíamos ter sido mais representativos se a capacidade de renovação de membros tivesse sido incorporada. Por outro lado, tivemos a vantagem do companheirismo de longa data.

Os Membros do Conselho coletivamente observaram que os fatores principais que levaram ao nosso sucesso, onde e quando ocorreram, foram:

- O apoio de um Secretariado proativo.
- A colaboração entre Membros e o Secretariado.
- As recomendações focadas e claras nos HAPs I, II e III, em um linguajar conciso e direto.
- O perfil destacado de Presidentes, Vice-Presidente e Membros.

E nós aprendemos que a paciência recompensa: a influência do UNSGAB cresceu com o passar do tempo.

Claramente, quando obtivemos sucesso, foi porque outros concordaram em agir – e, embora tenhamos algum mérito por essas realizações, nós reconhecemos principalmente as contribuições daqueles que decidiram que a mudança era imperativa – e agiram.

Negócios inacabados e tarefas para o futuro

Nós oferecemos recomendações temáticas nos Capítulos de 1 a 7 e aconselhamos a respeito de como grupos de assessoramento podem se organizar para o máximo impacto. Nas próximas duas páginas, apresentamos recomendações amplas sobre os passos essenciais para uma nova era conforme o mundo avança e acolhe uma nova agenda internacional da água, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesta página, apresentamos um conjunto prioritário de recomendações para ações, seguido de recomendações estruturais para a arquitetura hídrica global na próxima página. Nossas recomendações foram baseadas em uma série de diálogos estratégicos e, dessa forma, incluem subsídios de stakeholders de todo o mundo. Sua intenção é acrescentar estímulo ao trabalho de todos os agentes ávidos por acelerar o progresso da agenda da água para 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram – em geral – uma solicitação para ajustar os gastos governamentais, em níveis nacional e internacional, com o objetivo de aliviar a pobreza em países em desenvolvimento. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável trazem uma mudança mais profunda: são uma resposta para temas, desafios e riscos complexos e interligados relativos à sustentabilidade econômica, social e ambiental, inclusive ao atendimento aos pobres, que requerem ações de TODOS os países dentro de suas próprias fronteiras e no exterior. Conforme observado no ODS sobre água e saneamento, e em outros ODS que também têm metas relacionadas à água, a agenda da água para 2030 enfatiza, mas também excede, a água potável e o saneamento.

Recomendações para ações na implementação da agenda da água de 2030

1. Promover uma abordagem global da água – Enquanto muitos hídricos são encontrados em níveis locais e regionais, a mudança climática e a economia globalizada tornam a forte dimensão global da água ainda mais evidente. As forças de globalização, tais como os fluxos de água virtuais, o aumento da escassez hídrica, a poluição da água, a degradação ecológica, a intensificação de desastres hídricos, as ameaças de saúde pública persistentes e emergentes relacionadas à crise de água, saneamento e higiene (WASH crisis), que permanece sem resolução em muitas partes do mundo, precisam ser abordados por uma perspectiva global mais sistemática. Isso demandará uma conscientização maior sobre a água por parte de políticos e da comunidade climática, ao promover ações sobre a água em políticas nacionais e globais de mudança do clima. O setor de negócios e os governos nacionais e locais precisam transformar sua conscientização crescente sobre os riscos hídricos em estratégias abrangentes de ação.

2. Utilizar melhor os instrumentos legais internacionais já existentes no setor da água – Influenciar convenções sobre Água das Nações Unidas e do UNECE (Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa) e utilizar a Convenção Ramsar como uma ponte para Acordos Ambientais Multilaterais e entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Utilizar o direito humano à água potável segura e ao saneamento como um ponto de referência para a gestão de serviços da água.

3. Enfrentar a crescente crise urbana de água e de saneamento – Com cada vez mais pessoas morando em cidades, há uma necessidade de documentar e lidar melhor com os variados desafios hídricos dentro e ao redor de cidades. Para começar, é importante que os dados relatados pelas Nações Unidas em nível global reflitam de forma mais precisa as tendências urbanas relacionadas à água. Isso é especialmente necessário para o acesso à água potável e ao saneamento, em que a regressão global vista hoje em áreas urbanas não está sendo relatada explicitamente. Além disso, será necessário estabelecer melhor os riscos de sustentabilidade de água associados à urbanização para criar conscientização a respeito destes e para realizar ações relevantes, inclusive mitigando pressões relacionadas à água causadas por áreas urbanas crescentes nos ambientes periurbanos e rurais. O UN-Habitat deve assumir esses desafios em suas prioridades para ações, também com atenção à Conferência Habitat III.

4. Envolver o setor privado mais intensamente ao lidar com riscos crescentes relacionados à água – Para tornar a proposta de 2030 para a água uma realidade, o engajamento efetivo com o setor privado, como um parceiro facilitador e operador essencial que precisa ser responsável, é indispensável. O desafio de mobilizar o setor privado está presente nos níveis local e nacional. Abordagens inovadoras, tais como o conceito de manejo responsável da água (*water stewardship*), devem continuar a ser desenvolvidos aqui, além do envolvimento *stakeholders* de água inusitados. O Pacto Global, e especificamente seu componente hídrico: o Mandato dos Líderes Empresariais para a Água (*CEO Water Mandate*), devem apoiar esse esforço. Os governos devem levar em consideração o incentivo ao conceito da pegada hídrica, por meio do estabelecimento da obrigatoriedade da elaboração de relatórios sobre a utilização da água para as empresas listadas e grandes cidades.

5. Os governos devem tomar medidas proativas e preventivas quanto aos riscos crescentes relacionados à água – Os governos que ainda estão atrasados devem acelerar reformas institucionais para uma melhor gestão e prestação de contas à sociedade. Eles devem aumentar o financiamento e fortalecer capacidades, especialmente em estatísticas e monitoramento administrativo relacionados à água. Medidas extraordinárias devem ser consideradas, tais como a criação de unidades de água bem integradas dentro de ministérios de finanças, para fortalecer o financiamento hídrico em nível local e nacional, solicitando planos de impacto hídrico para investimentos que ajudem a promover o financiamento para águas residuais, e promovendo parcerias multi-stakeholder inclusivas para apoiar a implementação e garantir o acompanhamento e análise vindos, também, de outras fontes além do governo.

6. As Nações Unidas devem se adaptar para melhor apoiar os Estados Membros a lidarem com riscos relacionados à água – Considerando-se que muitas das organizações das Nações Unidas lidam com a água somente como um problema marginal, uma reestruturação plena da cultura da água nas Nações Unidas é necessária. As organizações relevantes das Nações Unidas precisam alocar (mais) financiamentos hídricos de base e precisam rever suas políticas. Está na hora, por exemplo, de a OMS endossar a água, o saneamento e a higiene como prevenções primárias. A gestão de dados relacionados à água dentro das Nações Unidas deve ser aprimorada e o respectivo papel da UN-Water fortalecido para lidar com sérias e persistentes inconsistências de dados em suas comunicações relacionadas à água. Esforços devem ser realizados para cooperar mais de perto com a OCDE no que diz respeito ao seu trabalho nos aspectos econômico, financeiro e de governança da água.

7. Formar alianças de alto nível para lidar com desafios prioritários relacionados à água que estão prontos para a ação:

- Documentar e agir nos 20 locais principais que sofrem com a crise hídrica no mundo, ao norte e ao sul.
- Convocar um Painel de Chefes de Estado sobre Água para a advocacy global sobre resiliência e adaptação da água.
- Documentar e agir na redução de riscos de desastres e investir em resiliência em áreas de deltas urbanos de alto risco.
- Promover e ampliar o tema banheiros em escolas.
- Remover de tabus e agir sobre a gestão da higiene menstrual.
- Aumentar a consciência pública e agir na gestão sustentável de águas subterrâneas.
- Priorizar a gestão da água em contextos frágeis e pós-conflitos, contribuindo com a luta contra as causas de migração e fuga.
- Fixar a água e o saneamento como preocupações essenciais no desenvolvimento urbano sustentável.

Recomendações estruturais para uma arquitetura hídrica global mais efetiva

Existe atualmente um desencontro entre a visão integrada e ambiciosa para 2030 sobre a gestão da água doce e do saneamento e as estruturas políticas internacionais disponíveis para contribuir com a sua implementação. Os Estados Membros terão de se organizar melhor dentro do quadro das Nações Unidas no que diz respeito ao tema da água. Para que a arquitetura hídrica global esteja mais adequada ao seu propósito, nós sugerimos:

1. Estabelecer um Comitê Intergovernamental das Nações Unidas sobre Água e Saneamento – Formado após consulta pertinente aos Estados Membros das Nações Unidas e antes da primeira avaliação temática da água pelo Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Comitê permite que países discutam os desafios da água doce e do saneamento frequentemente, para avaliar o progresso rumo às metas dos ODS relacionadas à água, para orientar as ações das Nações Unidas e para avançar nas decisões políticas a respeito desses assuntos. Esse comitê deverá trabalhar em diálogo constante com uma representação estruturada dos principais stakeholders.

2. Estabelecer um Painel Científico e Prático das Nações Unidas sobre Água e Saneamento

Incumbido de levantar evidências globais sobre os principais desafios, usos da água, seus impactos mútuos e gestão, e de estimular a pesquisa externa para preencher lacunas de conhecimento, esse independente painel global de cientistas e profissionais fornece informações harmonizadas continuamente, baseadas em fatos transparentes e abrangentes, permitindo que Estados Membros e as Nações Unidas tomem as decisões certas sobre a água e o saneamento.

3. Fortalecer a UN-Water – Como estrutura coordenadora das ações das Nações Unidas em água e saneamento, a UN-Water serve como Secretariado e entidade de apoio para o Comitê Intergovernamental das Nações Unidas sobre Água e Saneamento (veja a Recomendação 1) e o Painel Científico e Prático das Nações Unidas sobre Água e Saneamento (veja a Recomendação 2).

4. Estabelecer um quadro de monitoramento global abrangente e com avaliação independente – Os governos apoiam os esforços da UN-Water para estabelecer todos os mecanismos de monitoramento global que são necessários para avaliar o progresso das metas dos ODS relacionadas à água e para garantir que esses mecanismos sejam avaliados independentemente e de forma regular.

5. Garantir que haja uma voz independente – Os governos e o sistema das Nações Unidas se beneficiariam de conselhos independentes sobre desafios relacionados à água, por meio de um mecanismo apropriado a ser estabelecido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas até 2017.

**Conselho de Assessoramento ao Secretário-Geral da ONU
para Assuntos de Água e Saneamento (UNSGAB)**

Nova Iorque, 18 de novembro de 2015

Este relatório e mais informações sobre o UNSGAB podem
ser acessados no site: [https://sustainabledevelopment.un.org/
topics/water/unsgab](https://sustainabledevelopment.un.org/topics/water/unsgab)

© UNSGAB
Todos direitos reservados.

O Secretariado do Conselho (UNDESA) S-2689 UNHQ
405E 42nd Street
New York, NY 10017 USA Telefone: +1 (917) 367 3821